



# Desmotivação: um fator negativo na prática do professor

Tuanny Kamila Braga Oliveira<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** Educação, professor, (des)motivação, profissionalismo, profissionalização.

**Resumo:** Este texto constitui uma reflexão acerca da desmotivação do professor em uma realidade profissional nada fácil. Essa situação vem lhe conferindo o depreciativo título de “sofredor”, representativo das duras condições de trabalho e de (des)respeito às quais se submete, mas que pode tornar-se um alibi nas mãos de professores incapazes de refletir sobre sua própria atuação.

## Introdução

As atuais circunstâncias por que passa o professor brasileiro em sala de aula, especialmente na rede pública dos ensinos fundamental e médio, pedem uma reflexão sobre o que causa (des)motivação em sua profissão.

Numa situação de ensino, sabe-se que o professor deve buscar os motivos do aluno em situação de aprendizagem e, assim, buscar também sua aproximação com o saber, com a construção de sua aprendizagem. Mas e quanto às motivações do professor?

Essa questão foi a que mais me chamou a atenção na disciplina Estágio de Português do curso de Letras, em que observei e ministrei

---

1. Graduada em Letras pela Universidade Federal de Goiás . E-mail: [tukamila@hotmail.com](mailto:tukamila@hotmail.com)

aulas em três colégios da rede estadual de ensino, em Goiânia, durante dois anos. Para abordar esse assunto, considero importante ter vivenciado a atividade docente na posição do professor, levando em conta os inúmeros desafios diários, os quais podem constituir um embate de encontro a sua motivação e trazer resultados negativos a sua prática de ensino.

### A baixa autoestima do professor: desdobramentos

Já é senso comum o fato de que professor rima com sofredor. E o professor acaba se (com)portando como tal, sem avaliar as consequências disso na qualidade de seu trabalho e a sua interferência no processo de aprendizagem dos alunos. Seria ele então um educador-sofredor (ou sofredor-educador, de acordo com o lado que pesa mais) ao reger a sala de aula da educação brasileira, amplamente reconhecida pela sua ineficiência e avaliada entre as piores do mundo em testes como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) e no Relatório de Monitoramento Global da Educação para Todos (EPT) da Unesco. Mas até que ponto o professor é a vítima? Teria ele alguma parcela de culpa no desastre que se delineaia?

Qualquer uma dessas imagens refletidas em um professor, de vítima ou réu, seria muito dura e autodestrutiva. São essas as imagens, sobretudo a primeira, por ser mais corrente, que devem ser reavaliadas pelos profissionais da educação.

Em oposição a este quadro, Libâneo (2001, p. 46) descreve o perfil ideal do professor atual de acordo com sua formação:

Uma nova concepção de formação – do professor como intelectual crítico, como profissional reflexivo e pesquisador e elaborador de conhecimentos, como participante qualificado na organização e gestão da escola – o professor prepara-se teoricamente nos temas pedagógicos e nos conteúdos para poder realizar a reflexão sobre sua práti-





ca; atua como intelectual crítico na contextualização sociocultural de suas aulas e na transformação social mais ampla; torna-se investigador em sua aula analisando suas práticas, revendo as rotinas, inventando novas soluções; desenvolve habilidades de participação grupal e de tomada de decisões seja na elaboração do projeto pedagógico e da proposta curricular seja nas várias atividades da escola como execução de ações, análise de problemas, discussão de pontos de vista, avaliação de situações etc.

É com essa imagem que o professor tem de buscar identificar-se por meio de suas condutas. Evidentemente, muitas vezes a escola não possui infraestrutura nem materiais necessários para o bom desenvolvimento do trabalho docente. Que tal uma sala de aula improvisada com paredes de armários? Isso não é nada motivador, porém não o impede de tentar sempre avançar na sua formação intelectual e na sua atuação como professor.

Libâneo (2001) afirma que há dois componentes determinantes na atuação do professor: a profissionalização e o profissionalismo. O primeiro refere-se às condições necessárias ao exercício da profissão, tais como salários adequados, condições de trabalho (ambiente, recursos físicos e materiais), além da formação inicial e continuada responsável pelo desenvolvimento das competências, habilidades e atitudes profissionais do professor. Já o segundo refere-se à disposição do professor em exercer seus deveres e responsabilidades de maneira competente, compromissada e ética, o que envolve dedicação ao trabalho, assiduidade, respeito à pluralidade cultural, participação na construção coletiva do projeto pedagógico, além de domínio da matéria e dos métodos de ensino. O profissionalismo e a profissionalização são partes mutuamente complementares. Logo, um professor dedicado, com os requisitos do profissionalismo, mas sem as condições da profissionalização, terá pouco êxito profissional, como afirma Libâneo (2001). Além disso, a falta de profissionalização poderá influir negativamente no compromisso do professor.

A atividade docente é, sobretudo, política. Dela, o professor não pode se desvencilhar, dado o papel que exerce de agente transformador da sociedade. É ele que se compromete com a educação do país, com a construção da cidadania do aluno (DI IÓRIO, 2003). Para um papel tão relevante, a autodesvalorização do professor seria algo totalmente incabível.

Iranê Antunes (2006, p. 178) afirma que as dificuldades do ensino no Brasil se devem ao fato de a educação não ser prioridade nacional e que não se deve jogar a responsabilidade nos ombros dos professores. Segundo a autora, é imprescindível ter condições de trabalho, o que inclui o número adequado de alunos por sala, muita vez ultrapassado como estratégia de diminuir gastos e recursos. Em relação a esse assunto, a pergunta de Di Iório (2003, p. 52) é a mesma que eu própria fiz nas escolas onde realizei o estágio: “como um professor pode garantir a qualidade do ensino com uma quantidade tão grande de alunos?”. Não há como garantir, mas há como tentar.

Temos de considerar também que, além das condições de trabalho, há fatores sociais que são cruciais para o desgaste da autoimagem do professor. Um deles é o status social. Embora a educação formal ou não formal seja componente basilar em todas as sociedades, o professor, em muitas delas, deixou de ter o devido reconhecimento, como de um educador deveria se esperar, porque quando a escola é democratizada o professor também o é, e sua profissão deixa de ser da elite (DI IÓRIO, 2003).

No entanto, o professor de ensino fundamental e médio, de modo geral, não goza de remuneração compatível com as exigências de sua profissão e nem de prestígio social. Como afirma Di Iório (2003, p. 39), o “mestre passou a aceitar uma posição de inferioridade, de profissional malremunerado e malformado”, cuja escolha da profissão foi a única opção de uma classe social desprestigiada, uma vez que os cursos de licenciatura são os de preço mais baixo nas universidades particulares e nas federais são os cursos de menor concorrência.





E durante a chamada crise da autoridade na educação, até mesmo entre os alunos para os quais leciona, ele é tido como um coitado. Certa vez, uma aluna me perguntou numa das aulas de estágio: “Tem certeza de que você quer ser professora? Olha só a professora, coitada, como ela sofre no meio dessa bagunça...” Outro chegou a intimidar: “Professora, você vai sofrer na nossa mão”. Bem, digamos que este não foi um grande incentivo, tanto mais ao avistar uma sala repleta de alunos andando de um lado para o outro, conversando, entrando e saindo, a despeito do que a professora dizia e pedia, tentando manter a ordem.

O déficit de professores concursados em escolas estaduais, especialmente as de periferia, em Goiânia, expressa bem a fuga daqueles que desistem de encarar a sala de aula. Como aluna da disciplina Estágio de Português, frequentei três escolas estaduais de diferentes regiões de Goiânia e em todas elas verifiquei a mesma realidade: salas superlotadas, com falta de recursos materiais, com indisciplina dos alunos e, como já se esperava, professores estressados com a carga horária extensa, revoltados com suas condições de trabalho, roucos em virtude da indisciplina dos alunos, em que falar ou mesmo gritar não é suficiente para serem ouvidos.

Dessa forma, não é surpresa que se acomodem os nossos pobres professores em relação à sua ação pedagógica. Mais fácil é seguir o livro didático ou então lotar o quadro-negro para que os alunos se cansem de tanto copiar, até que, para alívio geral, toque o sinal. Essa foi inclusive a tática usada por uma das professoras em uma escola que frequentei: lotar o quadro e ameaçar os alunos de escrever mais, para intimidar.

Isso tudo indica que o professor, hoje, terá de batalhar muito para obter o respeito de seus alunos. Se há anos, talvez décadas, se perguntava por que o aluno obedece, hoje se pergunta por que não. Tal comportamento rebelde coincide com um novo panorama social, com nova organização e relações familiares, nas quais se inserem diferentes

relações de autoridade associadas à crescente liberdade de expressão e ação que se seguiu com o fim da ditadura militar. Dessa maneira, o professor deve se adequar a essa realidade que impõe necessidades e posturas diferentes, buscar caminhos para superar o desprezo e a falta de respeito a que pode estar sujeito. O primeiro passo talvez seja o professor recuperar sua autoestima, pois é um profissional que deve procurar, como disse Libâneo (2001), sua atualização intelectual constantemente, assim como formas de romper obstáculos.



## Quando o desinteresse dos alunos desmotiva o professor

Afirma-se que quanto maiores forem as responsabilidades e participação dos alunos nas atividades da escola, maior será a sua adesão às propostas de conduta e disciplina, facilitando muito o trabalho do professor.

Desse modo, ao tradicional uso de autoritarismo é preferível estabelecer continuamente uma boa relação com os alunos, uma relação de companheirismo que contribua com a cooperação dos alunos nas atividades que se propõem. E para haver cooperação, os alunos devem demonstrar interesse naquilo que foi escolhido – deve ser algo que desperte a curiosidade deles ou que faça parte de seus motivos. Ocorre que o desinteresse dos alunos não estimula o professor a dar o melhor de si. Por isso a necessidade cada vez mais da participação do aluno até mesmo na escolha de conteúdos. É o que vemos na Pedagogia de Projetos, por exemplo, em que o professor trabalha um tema selecionado pelos alunos e coloca a disposição deles as tarefas de pesquisar e produzir conhecimento sobre o tema escolhido.

Dessa forma, o aluno será motivado pelo seu próprio desejo de saber, o que facilitará a tarefa do professor, que por sua vez, sentirá motivação pelo interesse dos alunos. O professor poderá transmitir o próprio prazer suscitado pelo conhecimento, e com isso despertar o



interesse dos alunos. Este é o seu papel como mediador entre aluno e saber: aproximar essas extremidades, aproximar o aluno da ciência estudada. Daí a importância da contextualização do conteúdo e de considerar a cultura que o aluno traz consigo, para que este participe ativamente no processo de aprendizagem. Essa pode ser uma alternativa de sucesso na busca por motivação.

## As metas do professor

Assim como toda atividade profissional possui metas, a educação também tem. No caso do aluno, a meta prioritariamente expressa é o alcance da nota média. Esta é facilmente alcançada, pelo que demonstra o nível de reprovações do ensino público. Entretanto, os exames que buscam medir o desempenho dos alunos dos ensinos fundamental e médio mostram que as metas de aprendizado não estão sendo atingidas. Graves deficiências de leitura e compreensão de texto são apontadas em todas as disciplinas.

Resultados negativos, como o apresentado, devem motivar os professores a irem em busca de novas formas de ensino. Uma missão difícil de ser alcançada é tornar os alunos aptos a

utilizar as diferentes linguagens – verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal – como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação (Brasil, 1997).

Por isso, o professor deve saber lidar com o fracasso e com as frustrações. Este deve ser um desafio motivador para melhorar a qualidade do processo ensino- aprendizagem, o que seria também uma recompensa profissional, em um conjunto de lutas políticas, em favor do ensino, em favor da docência enquanto profissão e não sacerdócio.

Incluem-se aí, como citam Dalla Zen e Xavier (1998), a necessidade constante de atualização, a boa disposição para as novidades do conhecimento, a constante reflexão e revisão das ações pedagógicas, numa formação que nunca cessa, é contínua. Essas são as metas do professor.

### O professor que gosta do que faz

Apesar das adversidades, a escola não deve ser encarada como um lugar de martírio. O profissional da educação deve estar preparado para enfrentar essa realidade, para que os fatores negativos não venham a destruir as perspectivas cruciais de sua profissão, cujo objetivo principal é educar. Por essa razão, persistirá aquele que gosta do que faz.

Deve-se atentar para o poder transformador da educação. Ela opera determinantemente sobre a vida de outras pessoas, modificando-a, ao alimentar os sonhos e a criatividade. A educação deve promover o conhecimento das coisas do mundo. Deve preparar as pessoas para o exercício pleno da cidadania. É nesse movimento humano que todo professor deve se reconhecer, como um guia no caminho que já percorreu. O professor que gosta do que faz verá no progresso dos alunos o seu próprio sucesso. Se eles não progredirem, o professor tem de avaliar se está havendo solidariedade na sua prática. Do contrário, será uma prática irresponsável e nada ingênua.

O professor que vê a si mesmo como vítima tem mais chances de ser um vilão em sua prática docente. Isto porque, ao contrário de um professor positivo e entusiasmado, que está disposto a auxiliar seus alunos, o professor-vítima, em sua desvalorização (com pensamentos do tipo “o Estado não me valoriza”, “o aluno não me respeita”), ao invés de orientar seus educandos, poderá refletir suas frustrações profissionais na sua atuação, na sua relação com os alunos. Assim, a relação triádica em que o professor está entre o conhecimento e o aluno,







como um mediador, será rompida. Poderá o professor adotar métodos mais cômodos, ensinar a mesma gramática classificatória aula após aula, ano após ano; optar por escrever no quadro infinitas atividades de completar, gastar uma aula inteira escrevendo no quadro e os alunos copiando; e, para avaliar a aprendizagem dos alunos, dar visto nos cadernos que estiverem completos, numa lógica de quem copia tudo tem o melhor desempenho. Maus frutos serão colhidos dessas práticas: aprendizagem não é cópia.

Analisando-se por esse prisma, verificamos o quão destrutivo pode ser um profissional insatisfeito, não só para si, mas também para o estudante que o tem como referência.

## Conclusão

Em resumo, a realidade atual de ensino, em que se incluem suas deficiências e fracassos, revela a necessidade de se dar maior atenção ao professor, que, sendo parte fundamental no processo de aprendizagem, tem de constantemente refletir sua atuação como educador, a fim de abandonar ideias negativas sobre si mesmo, as quais atrapalham seu trabalho, comportando-se como sofredor. O desânimo pode corromper sua prática com consequências muito sérias, das quais o professor não poderá se esquivar.

Afinal, não queremos uma escola que mate a perspectiva do aluno para uma vida melhor, para o conhecimento, para a participação social e para o exercício de sua cidadania. Se o professor desistir desses ideais, muito se tem a perder, quando é necessário ganhar.

## Referências

ANTUNES, Irandé. Avaliação da produção textual no ensino médio. In: BUNZEN, Clésio; MENDONÇA, Márcia (Orgs.). Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1997. 144 p.

DALLA ZEN, Maria Isabel; XAVIER, Maria Luíza. Ensino de língua materna: para além da tradição. Porto Alegre: Mediação, 1998. (Cadernos de Educação Básica, v. 3). 123 p.

DI IÓRIO, Patrícia Silvestre. A construção da identidade do professor de língua materna. Revista Unicsul, n. 10, dez. 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001. p. 45-52.

